



EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

POLÍTICA SOCIAL, CUIDADO DE IDOSOS E AS TENSÕES ENTRE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL

SOCIAL POLICY, ELDERLY CARE AND THE TENSIONS BETWEEN SOCIAL PRODUCTION AND
REPRODUCTION

Eliane Fransieli Muller¹

Bruna Aparecida Pavoski Mulinari²

Liliane Moser³

RESUMO

O artigo propõe uma reflexão sobre a relação entre família e políticas sociais, considerando o trabalho de reprodução social e sua tensa relação com a dimensão da produção social. O foco é o trabalho de cuidado de idosos e a maneira que se organiza socialmente o cuidado à população idosa no Brasil. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica que incluiu artigos e trabalhos acadêmicos sobre família, política social, gênero, produção social, reprodução social, envelhecimento e trabalho de cuidado de idosos. Os resultados deste estudo indicam que o cuidado de idosos continua sendo tratado como problema privado das famílias e das mulheres, na medida em que as políticas sociais apresentam características familistas. Considera-se também que o cuidado é um direito e uma questão de Estado, e que o acesso a serviços públicos de cuidado possibilita enfrentar essa tensão entre produção e reprodução social.

Palavras-chave: Família; Trabalho de Cuidado; Políticas Sociais.

ABSTRACT

The article proposes a reflection on the relationship between family and social policies, considering the work of social reproduction and its tense relationship with the dimension of social production. The focus is the care work for the elderly and the way in which care for the elderly population is socially organized in Brazil. The methodology used was a literature review that included articles and academic works on family,

¹ Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela UFSC. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na UFSC. E-mail: elianemuller22@gmail.com.

² Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela UFSC. E-mail: brunaapm11@hotmail.com

³ Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela PUC-SP. Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFSC. E-mail: liliane.moser@ufsc.br

social policy, gender, social production, social reproduction, aging and elderly care work. The results of this study indicate that care for the elderly continues to be treated as a private problem for families and women, insofar as social policies have family-oriented characteristics. It is also considered that care is a right and a matter of State, and that access to public care services makes it possible to face this tension between social production and reproduction.

Keywords: Family; Care Work; Social Policies.

1 INTRODUÇÃO

A relação entre política social e família é intrínseca e fundamental para a constituição dos sistemas de proteção social; contudo essa relação não é reconhecida, de forma explícita, nem pelo Estado nem pelo mercado de trabalho. E, o ato de não se reconhecer, é traduzido pela maneira como se organizam, articulam-se e se comportam as políticas sociais pelo Estado. A exemplo disso, observam-se as políticas sociais que tendem a estar desvinculadas das dinâmicas familiares, da realidade das famílias e da relação que se estabelece entre trabalho e família, as quais propiciam um ambiente de desigualdades de classe, de gênero e de raça e/ou etnia.

Nesse viés, o Estado, segundo Campos e Miotto (2003), desconsidera esses elementos contraditórios e complexos que afetam as famílias e as coloca como sujeito central das políticas sociais, e, a responsabilidade pelo cuidado para a família e às mulheres. Tal responsabilização se expressa pela falta de apoio na prestação de cuidado e de serviços que visem à articulação entre o trabalho familiar e o trabalho pago, isto é, devido à precariedade ou à inexistência de serviços públicos que considerem tanto o trabalho de produção quanto o de reprodução social, elementos que integram a sociedade.

No cenário de políticas neoliberais, de reestruturação produtiva, de crises econômicas e de mudanças sociais e demográficas situa-se a inserção das mulheres no mercado de trabalho, as que, historicamente, pela tradicional divisão sexual do trabalho, realizam o cuidado de crianças, de idosos, de deficientes, assim como das tarefas domésticas em âmbito familiar.

Para Teixeira (2020, p. 148-149), esse conjunto de transformações tanto na estrutura familiar quanto na composição da força de trabalho, “com a inserção massiva das mulheres no mercado de trabalho, formal ou informal, evidencia a capacidade de cuidados das mulheres em tempo integral”. Dessa forma, questiona-se: Qual a relação entre as políticas sociais, a família

e o cuidado dentro de uma sociedade capitalista, que insiste na divisão entre o trabalho de produção e reprodução social como campos antagônicos e separados?

Diante disso, considera-se que o trabalho doméstico e de cuidado compreende o trabalho da reprodução social, o qual está no campo da economia e do cuidado, com o intuito de ampliar as fronteiras do trabalho reprodutivo e as características das ocupações daqueles que realizam o cuidado – as mulheres – em sua maioria (RODRÍGUES ENRÍQUEZ, 2015).

Importante salientar que o trabalho de reprodução social, de maneira simplificada⁴, e objeto de análise deste artigo, é aquele que acontece no âmbito doméstico e familiar, mediante, sobretudo, o trabalho de cuidado, que não é semelhante ao trabalho doméstico, entretanto se complementam. Vale destacar que o trabalho de cuidado se desenvolve de maneira diferente conforme a classe social dos indivíduos e/ou das famílias, e é transmitido de geração para geração.

Posto este debate, afirma-se que o objetivo deste artigo é refletir sobre a relação entre família e políticas sociais, considerando o trabalho de reprodução social e sua tensa relação com a dimensão da produção social. O foco é o trabalho de cuidado de idosos, além de apresentar os atores sociais que prestam este cuidado. Para fins de análise, adota-se a perspectiva marxista e a teoria de economia feminista⁵.

As motivações para a realização desta reflexão se encontram no tema de pesquisa do Doutorado que trata sobre o envelhecimento, a família, o trabalho de cuidado de idosos e as políticas sociais, além de estarem ligadas ao âmbito das atribuições acadêmicas da pós-graduação em Serviço Social.

A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica a partir de disciplina da pós-graduação que incluiu artigos e trabalhos acadêmicos sobre família, política social, reprodução social, trabalho de cuidado de idosos e envelhecimento.

Nessa direção, após esta introdução, realiza-se uma reflexão sobre a relação entre família, trabalho de cuidado e política social e as implicações no trabalho de reprodução e produção social. Ainda, são observadas, com as transformações societárias, econômicas e políticas e com a inserção das mulheres no mercado formal de trabalho, algumas mudanças na

⁴ Como veremos mais adiante, este trabalho de reprodução social abrange todas as atividades necessárias para a manutenção da vida. Aqui, nesta introdução, destacou-se o trabalho de cuidado e as tarefas domésticas.

⁵ Segundo Espino (2011, p. 08) “Un enfoque feminista de la economía entiende el concepto de género de una manera compleja y comprensiva, poniendo énfasis en los aspectos vinculados al poder y las jerarquías sociales y económicas”.

tradicional divisão sexual do trabalho. Mas, mesmo assim, são elas que permanecem realizando, principalmente, o trabalho de cuidado de idosos. E, por fim, conclui-se destacando a necessidade da oferta pública de serviços de apoio para as famílias no desempenho do trabalho de cuidado.

2 FAMÍLIA, TRABALHO DE CUIDADO E POLÍTICA SOCIAL

A proteção social, de acordo com Di Giovanni (1998) e Pereira (2016) sempre existiu, e o que a difere, de como é realizada nos dias atuais, é o tipo e a forma que se apresentam nas diferentes sociedades, visto que são os movimentos sociais e históricos que tencionam a ampliar a proteção social que o Estado proverá, assim como os demais atores sociais que a compõem – tanto quem provê quanto quem recebe essa proteção.

Segundo Anschau (2020, p. 64), a proteção social, “[...] apreendida ao longo desse movimento nasce com a finalidade de suprir riscos sociais”. Ela “avança em alguns aspectos quando possibilita a desmercantilização da vida; porém, quando recua, volta a se concentrar nos riscos, cujos parâmetros não estão socialmente estabelecidos” (ANSCHAU, 2020, p. 64).

Nas sociedades democráticas contemporâneas existe um debate sobre a política pública ser mais abrangente, e não apenas se ter a ideia da intervenção do Estado em uma situação social considerada problemática, até porque, política pública é uma forma de exercício do poder resultante dessa complexa interação entre o Estado e a sociedade, que inclui as relações sociais do campo econômico (DI GIOVANNI, 2009).

Ainda, segundo Di Giovanni (2009), é nesta interação que se definem as situações-problema, os meios, as formas e as modalidades de intervenção estatal. O termo - políticas públicas - é confundido, por vezes, com políticas sociais; mas, pelo contrário, ambas expressam significados distintos, mas que se interrelacionam e estão no campo da proteção social.

Já, no Capitalismo, a proteção social nasce para suprir a contradição capital versus trabalho. Neste contexto, a política social está no bojo das sociedades democráticas capitalistas, de construção dos Estados de Bem-Estar Social. Destarte, as políticas sociais são as ações do Estado para garantir a proteção social, a redistribuição dos benefícios sociais e os direitos de cidadania da população, visando mudar as condições de vida da classe trabalhadora e a minimizar as desigualdades sociais resultantes do Capitalismo.

Entretanto, quando essa proteção é mínima ou inexistente, o mercado assume uma parcela maior por meio da oferta de serviços privados - é a chamada mercantilização do direito social. Assim, é atribuída às famílias e aos indivíduos a responsabilidade pelo cuidado de si e dos outros através da busca destes serviços no mercado.

Este debate se iniciou no final dos anos 1980, quando Esping-Andersen incorpora as análises sobre a “desmercantilización” e aprofunda estudos da relação entre estrutura social e política social – explicando que o surgimento de distintos sistemas de estratificação social possibilita diferentes alianças de classes. O debate em torno da desmercantilização destaca as possibilidades de subsistência que os Estados de Bem-Estar Social permitem aos cidadãos como sendo um assunto de direito social (ADELANTADO *et al.*, 1998, p. 124).

Esping-Andersen (1990), ao tratar sobre o grau de responsabilidades que cada esfera⁶ assume, utilizou-se das categorias familismo e ‘desfamiliarização’ das responsabilidades que são atribuídas à esfera familiar. O familismo remete à responsabilidade do núcleo familiar pelo bem-estar dos seus membros. Em contrapartida, a perspectiva desfamiliarizante denota a forma e o grau com que as responsabilidades de atenção e bem-estar das famílias são cobertas pelo Estado e pelo mercado de trabalho. A “desfamiliarização pressupõe a diminuição dos encargos familiares e a independência da família especialmente em relação ao parentesco, através de políticas familiares/sociais” (Mioto, 2009 *apud* MORAES *et al.*, 2020, p. 805).

Nos países de capitalismo dependente – como é o caso do Brasil – estes que nunca chegaram a constituir Estados de Bem-Estar Social, também introduziram o debate sobre família no campo da política social. Segundo Moraes *et al.* (2020), este debate, no Brasil, tem seu início a partir dos anos de 1990 e, particularmente, nos anos 2000, quando aparece incorporada explicitamente na política de assistência social e, “os estudos feministas de tradição marxista tornaram-se referências fundamentais no debate” (MORAES *et al.*, 2020, p. 804).

Entretanto, na contramão desse entendimento, segundo Moraes (*et al.*, 2020, p. 804) existem discordâncias sobre “como se estabelecem as relações entre família e política social”, diante das “diferentes conformações da “divisão” de responsabilidades no campo da reprodução social entre Estado e família”. Estas discordâncias têm relação com os ideais

⁶ A política social pode incidir nos eixos de desigualdades que reverberam sobre a população nas sociedades capitalistas ampliando-os ou reduzindo-os, e relacionam-se às esferas de ação ou de atividade social, conforme definidas por Adelantado *et al.* (1998) como as esferas: mercantil, estatal, doméstica-familiar e relacional.

neoliberais e conservadores de que a família seria a base da sociedade, e a ela caberia a proteção e todo o trabalho familiar; no entanto, por este viés, o Estado assume as responsabilidades do trabalho de reprodução social, apenas quando a família não cumpre seu papel protetivo, por meio de programas e serviços públicos focalizados e paliativos.

Outra forma de abordar a relação entre família e política social, trazendo para uma linha mais crítica, e que considera as distintas realidades sociais e as transformações familiares e societárias vinculadas ao mundo do trabalho é aquela que compreende a relação entre família e política social como um campo que considera a totalidade da vida social em que os programas e serviços estabelecem, tanto o trabalho de produção quanto o de reprodução social, que é um dever do Estado em garanti-lo. Ainda conforme, Katz (2019, p. 437) o “foco na reprodução social nos permite questionar a produção, a manutenção e a exploração de uma força de trabalho fluidamente diferenciada [...]”.

No Brasil⁷, vigora o modelo de pluralismo de bem-estar (PEREIRA, 2009), neste modelo, a estrutura e a organização da proteção social se efetivam por meio da divisão em três esferas: Estado, mercado e família.

Contudo, esta organização apresenta desigualdades na distribuição das responsabilidades em prover cuidados e proteção social entre as esferas. “Principalmente as diferentes conformações da “divisão” de responsabilidades no campo da reprodução social entre Estado e família” (MORAES *et al.*, 2020, p. 804), na qual a família assume grande parcela da proteção de seus membros – que dependem da renda e dos cuidados que a família pode fornecer – reforçando a histórica divisão sexual do trabalho que sobrecarrega as mulheres com o trabalho de reprodução social e, por conseguinte, é um fator de desigualdade social, de classe, de raça e de gênero.

Este transborde da responsabilização da família pela proteção e cuidado dos indivíduos resulta no familismo, termo utilizado para dar ênfase à ideia de que “existem dois canais naturais para a satisfação das necessidades dos indivíduos: a família e o mercado” (MIOTO, 2010, p. 163).

Diante disso, verifica-se que o olhar para a proteção social, a partir desse enfoque, revela como as políticas sociais de cunho familista tendem a acentuar as desigualdades de gênero e

⁷ No sistema de proteção social brasileiro, a Constituição Federal de 1988 propiciou a institucionalização de algumas políticas públicas universalistas.

gerar uma sobrecarga de trabalho não pago, principalmente para as mulheres que, historicamente, dispõem muito mais do que os homens de tempo e de recursos no âmbito do trabalho de reprodução social, tanto para o trabalho de cuidado nas diferentes faixas etárias quanto para a realização das tarefas domésticas.

Essa dinâmica da tradicional divisão sexual do trabalho começou a ser alterada a partir da crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho, das consequentes transformações na família e dos debates feministas.

Neste sentido, Montali (2020) destaca que a reestruturação produtiva alterou a inserção dos diferentes componentes da família no mercado de trabalho remunerado, repercutindo em mudanças nas famílias e em novos arranjos familiares. Segundo a autora, no estudo realizado na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), destacaram-se

[...] “as alterações na relação família-trabalho relacionadas às transformações das atividades econômicas e a possível influência destas na mudança das relações hierárquicas na família” (MONTALI, 2020, p. 55).

Essas alterações somadas à “ausência de políticas de emprego e de políticas de proteção social tiveram como principais consequências a precarização das relações de trabalho e a deterioração da renda familiar” (MONTALI, 2020, p. 66). Segundo esta autora, as pesquisas, em países da América Latina, da Europa e da África revelaram que a família exercia, nos anos 70, um papel de amortecedor de crises; todavia, nos últimos anos, ela perde gradativamente a possibilidade de ser este amortecedor, e um dos motivos é a necessidade de adequação das economias latino-americanas aos modelos impostos pelo Neoliberalismo.

Neste contexto, conforme Montali (2020), no Brasil, desde o final dos anos 70 e acentuado nas décadas de 80 e 90, houve a crescente participação da mulher no mercado de trabalho.

Importa destacar que a tradicional divisão sexual do trabalho constitui a base social da opressão e a desigualdade das mulheres (KERGOAT, 2002). E, que além da inserção da mulher no mercado de trabalho remunerado, também as transformações societárias e as repercussões dos movimentos feministas culminaram para questionar a divisão sexual do trabalho e produzir mudanças para a diminuição das desigualdades de gênero.

Entretanto, não podemos esquecer que as mulheres, pobres e negras, sempre tiveram que trabalhar informalmente para auxiliar no sustento da família, o que poderia justificar a

questão da necessidade econômica e a inserção originada pela economia para a alteração da tradicional divisão sexual do trabalho. Segundo Biroli (2014, p. 13) “Como elas sempre trabalharam, e frequentemente em condições degradantes, de exploração e de alienação, a vida doméstica significou, muitas vezes, um espaço dotado de sentido, e nele havia mais humanização e autonomia do que no mundo do trabalho”.

A produção e a reprodução social não estão descoladas, ao contrário disso, completam-se, e ao mesmo tempo são conflitantes devido à forma como são vistas e tratadas na sociabilidade capitalista. O trabalho de reprodução social sempre foi invisibilizado e desqualificado, e muitas vezes não reconhecido como um trabalho, por ser executado no ambiente familiar, majoritariamente por mulheres, e não gerar, em um primeiro instante, valor monetário. Nele se inclui todo o trabalho necessário para a reprodução da vida – como, por exemplo, o trabalho de cuidado⁸ e as tarefas domésticas. Que,

além de assegurarem os meios de subsistência, a produção e reprodução da força de trabalho envolvem uma variedade de práticas e formas culturais que são geográfica e historicamente específicas, incluindo aquelas ligadas ao conhecimento e aprendizado, à justiça social e a seu aparato e à mídia. (KATZ, 2019, p. 438).

Por conseguinte, revela que o trabalho de reprodução social gera valor no sentido de que ele produz as condições para os indivíduos se inserirem no trabalho da produção social, ou seja, elabora as condições necessárias para a reprodução da força de trabalho para o capital (FEDERICI, 2018).

Katz (2019, p. 438) destaca que a partir da teoria marxista a reprodução social

[...] também engloba a reprodução da força de trabalho a certo nível de diferenciação e especialização. Esta força de trabalho diferenciada e especializada é socialmente constituída, sendo as práticas materiais não somente associadas à sua produção histórica e geográfica específicas, mas também aos seus contornos e requisitos sendo resultado de uma luta contínua.

É neste debate que se insere o trabalho de cuidado de idosos e a forma como ele está organizado socialmente: como trabalho não remunerado, familiar, feminino e de reprodução,

⁸ Os cuidados não remunerados, do mesmo modo, têm características de “bem público”, pois a sociedade, e não somente quem recebe os cuidados, beneficia-se dele, o que gera subsídios tanto para a esfera privada quanto para a esfera pública. Por isso: “los beneficios superan a los costos (Folbre, 2004) - por lo que constituyen también un subsidio desde los hogares a la esfera pública” (PICCHIO, 2003 *apud* ESQUIVEL, 2011, p. 25).

porém não deslocado do trabalho de produção. Por exemplo, a participação e a permanência no mercado de trabalho tendem a ser diferentes para uma mulher que tem acesso a serviços de cuidado públicos do que uma mulher que não tem este acesso via Estado. Esta última buscará suprir a demanda de cuidados via mercado, o que resultará em custos monetários, e nessa impossibilidade, outras alternativas serão acionadas tais como: a saída do mercado de trabalho para prestar o cuidado ao indivíduo dependente, de forma não remunerada, com implicações na produção de valor nesta sociabilidade capitalista.

O cuidado também tem relação com os aspectos demográficos, com o grau de dependência e necessidade de cada indivíduo em sua singularidade, bem como com a proporção e o modo com que homens e mulheres participam e estão inseridos no mercado de trabalho (ESQUIVEL, 2011). Como ilustração desta participação desigual, os dados da Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (IBGE, 2021, p. 22) mostram que “historicamente, o nível de ocupação das mulheres é substancialmente inferior ao dos homens”, e, que em 2020, enquanto o nível de ocupação dos homens foi de 61,4%, o das mulheres foi de apenas 41,2%. Outro destaque é a maior ocupação das mulheres (4,5 milhões) no mercado de trabalho formal em serviços domésticos, o que correspondeu a 4,9 milhões em 2020 (ou 5,7% dos ocupados) “sendo essa uma atividade essencialmente constituída de ocupações desempenhadas por mulheres” (IBGE, 2021, p. 23).

No que concerne ao trabalho de cuidado dos idosos, este cenário se perpetua, pois ainda tem sido a família e, principalmente as mulheres, que assumem o trabalho de cuidados desta faixa etária, ainda que tenha aumentado a parcela de homens na realização do trabalho de reprodução social, mas se constata que continua em menor número.

3 CONCLUSÃO

O cuidado no âmbito familiar compõe o trabalho de reprodução social, porquanto está inserido no campo das tensões e dos conflitos, entre a esfera da produção e a da reprodução social, incluindo o debate de pesquisadoras sobre o conflito entre trabalho e família. Nesse sentido, compreende-se o cuidado como um direito e um trabalho, tanto de quem cuida quanto de quem necessita deste cuidado. Assim, verifica-se que, enquanto trabalho, o cuidado se encontra no centro da reprodução da vida; e, como direito, remete à necessidade de participar

das políticas sociais e econômicas como dever do Estado no âmbito da proteção social. A reprodução e a produção social são campos conflituosos, todavia se conectam, apesar de ainda se observar nos aspectos econômicos, a tendência em considerá-los como campos distintos, desconsiderando as questões de gênero, de classe e de raça.

Contudo, o trabalho de reprodução é o centro da produção das condições de vida, e a oferta dos serviços pelo Estado interferirá para a manutenção, a extinção e/ou a diminuição das desigualdades de gênero, caso incidir na inserção dos indivíduos, principalmente as mulheres, no mercado de trabalho, na medida em que dispõe ou não de serviços de cuidado de idosos. Esses serviços quando articulados em conjunto com as políticas sociais, econômicas, de emprego e de renda resultam em mudanças no quadro histórico de desigualdades de gênero.

Considera-se que a efetivação de políticas para as famílias - que considerem a realidade social, as suas dinâmicas e as vivências próprias, com a preservação de sua convivência, do seu bem-estar e da igualdade nas relações de gênero, por meio de articulações entre “[...] o trabalho para o mercado, o trabalho para família e a provisão de bem-estar por parte do Estado” (MIOTO, 2020, p. 38) - seja um caminho para que a relação entre a política social, o cuidado, a família e o trabalho passem a ser reconhecidos como um problema de Estado e com lugar de destaque na agenda pública dos direitos.

REFERÊNCIAS

ADELANTADO, José; *et al.* Las relaciones entre estructura y política sociales: una propuesta teórica. **Revista Mexicana de Sociología**, Vol. 60, No. 3 (Jul. - Sep., 1998), pp. 123-156. Universidad Nacional Autónoma de México. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3541320>. Acesso em: Out. de 2021.

ANSCHAU, Q.F. **As contribuições Feminista à Proteção Social no Estado Capitalista**. 2020. 200f. Tese (Doutorado) PPGSS/UFSC, cap.4. Produção e Reprodução social: Sob as lentes feministas, p. 90-107.

BIROLI, Flávia. **Família: novos conceitos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

CAMPOS, M.; MIOTO, R. C. T. Política de assistência social e a posição da família na política social brasileira. **Ser Social**. UnB: Brasília, n. 12, 2003, p. 165-190.

DI GIOVANNI, Geraldo. Sistemas de proteção social: uma introdução conceitual. In: OLIVEIRA, Marco A. de. (org.) **Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil**. Campinas-SP: Unicamp-IE, 1998.

DI GIOVANNI, Geraldo. **As estruturas elementares das Políticas Públicas**. Campinas: *Caderno de Pesquisa*, n. 82, UNICAMP/NEPP, 2009.

ESQUIVEL, Valéria. **La Economía del Cuidado en América Latina**: poniendo a los cuidados en el centro de la agenda. PNUD, Panamá, *Caderno Atando Cabos*, deshaciendo nudos, out. 2011. Disponível em: https://www.americalatinagenera.org/es/documentos/Atando_Cabos.pdf. Acesso em: 28 de set. de 2021.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **Fundamentos sociales de las economías postindustriales**. Barcelona: Ariel, 2000.

ESPINO, Alma. Economía feminista: enfoques y propuestas. In: SANCHÍS, Norma (Org.). **Aportes al debate del desarrollo en América Latina: Una perspectiva feminista**. Buenos Aires, 2011. pp.08-19. Disponível em: http://remte-bolivia.org/attachments/article/17/DIN_Aportes-al-debate.pdf. Acesso em: 28 de set. de 2021.

FEDERICI, Sílvia. **El patriarcado del salario. Críticas feministas al marxismo**. Traducción María Aránzazu Catalán Altuna Scriptorium (Carlos Fernández Guervós y Paula Martín Ponz). Edição: Traficantes de Sueños. Primeira edição: febrero de 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2021/ IBGE**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. [livro digital]. 206 p. (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 44). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf>. Acesso em: 03 abril. 2022.

KATZ, C. **Capitalismo vagabundo e a necessidade da reprodução social**. Trad. Gilberto Cunha Franca e Valéria Fontes. *Geosp – Espaço e Tempo* (online), v. 23, n. 2, p. 435-452, ago. 2019. ISSN 21z79-0892.

KERGOAT, Danièle. **A relação social de sexo: da reprodução das relações sociais à sua subversão**. *Pro-Posições*, Campinas, v. 13, n. 1, p. 47-59, jan./abr. 2002.

MIOTO, R. C. T. **Trabalho com famílias e Serviço Social**. Palestra proferida na Universidade Estadual de Londrina (UEL); 2010. Acesso em: 30 de ago. de 2021. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/viewFile/7584/6835>. Acesso em: fev. 2022.

MIOTO, R. C. T. Família contemporânea e proteção social: notas sobre o contexto brasileiro. In: FÁVERO, E. T. (Org.). **Famílias na cena contemporânea: (des) proteção social, (des) igualdades e judicialização**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

MONTALI, Lília. Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 15, n. 42, p. 55-71, fev. 2000. *FapUNIFESP (SciELO)*. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69092000000100004>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269092000000100004&script=sci_abstract&tIng=p. Acesso em: 10 de maio de 2021.

MORAES, P. M. *et al.* Familismo e política social: aproximações com as bases da formação sócio-histórica brasileira. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 2, n. 24, p. 803-819, dez. 2020. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/13675>. Acesso em: 28 fev. 2021.

PEREIRA, P.A.P. Política social: temas e questões. São Paulo: Cortez; 2009.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Política social**: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2009. 216 p.

RODRÍGUES ENRÍQUEZ, Corina. Economía feminista y economía del cuidado Aportes conceptuales para el estudio de la desigualdad. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 256, p. 1-15, mar. **2015**. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/economia-feminista-y-economia-del-cuidado-aportes-conceptuales-para-el-estudio-de-la-desigualdad/>. Acesso em: Out. de 2021.

TEIXEIRA, Solange M. Envelhecimento, família e políticas públicas: em cena a organização social do cuidado. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 137, p. 135-154, jan./abr. 2020.